

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0364–15/07 à 20/07/2024

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- → e-Social
- → Outras Notícias
- → Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

No Brasil foram registrados 2.888 acidentes fatais em 2023, segundo dados do eSocial

Ministério do Trabalho e Emprego - 21/07/2024

Dados do sistema eSocial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) demonstram que em 2023 ocorreram em São Paulo 373 acidentes típicos, com morte. No Brasil esse número chega a 2.888 acidentes fatais, no mesmo período. Novo sistema do MTE o eSocial facilita a administração de todas as informações relativas aos trabalhadores brasileiros.

O sistema registrou em 2023 um total de 499.955 acidentes de trabalho. Dentre os setores que mais registraram acidentes de trabalho com mortes e lesões graves no Brasil estão os setores da Construção Civil e de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros. No setor da Construção Civil as principais causas estão relacionadas à queda de altura, soterramento e choque elétrico. No setor de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros, as causas principais são a fadiga dos motoristas - devido ao excesso de jornada-, os riscos ergonômicos e psicossociais, a utilização de remédios e drogas estimulantes para aumentar produtividade e ganho financeiro, além de fatores como falta de manutenção nos caminhões/ônibus e rodovias precárias.

Ambiente Seguro - A Coordenação Nacional do Projeto Acidente de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) destaca que os acidentes de trabalho resultam de uma combinação de fatores, não tem um único motivo isolado. Para assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, as empresas devem implementar uma gestão eficaz de segurança e saúde, que inclua a promoção de uma cultura de prevenção, avaliações regulares de riscos, manutenção organizada do local de trabalho, capacitação dos trabalhadores e medidas preventivas, conforme a legislação (NR-01).





Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

Governo do Espírito Santo questiona pagamento de insalubridade a merendeiras

Supremo Tribunal Federal - 20/07/2024

O governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação contra decisões da Justiça do Trabalho que obrigam o governo estadual a pagar adicional de insalubridade para merendeiras. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 1181) foi distribuída ao ministro Alexandre de Moraes.

Supremo prorroga prazo para Poderes chegarem a solução consensual sobre desoneração da folha

Supremo Tribunal Federal - 16/07/2024

O ministro Edson Fachin, vice-presidente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou até 11 de setembro o prazo para que o Congresso Nacional e o Executivo busquem uma solução consensual sobre a desoneração da folha de pagamento. A decisão foi proferida nesta terça-feira (16), na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, ajuizada pelo governo federal e sob relatoria do ministro Cristiano Zanin.

Construtora é isenta de multa por atraso de verbas rescisórias de piloto morto em queda de avião

Tribunal Superior do Trabalho - 19/07/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a ARG S.A., construtora com sede em Belo Horizonte (MG), e outras empresas da multa por atraso no pagamento de





verbas rescisórias à viúva e à filha de um piloto de avião que faleceu em acidente em aeronave da empregadora. Para o colegiado, a circunstância do fim do vínculo de emprego afasta a aplicação da penalidade.

"Vozes da CLT": ministra explica diferença entre contribuição sindical e assistencial

Tribunal Superior do Trabalho - 17/07/2024

Você sabe a diferença entre contribuição sindical e contribuição assistencial? Para definir os conceitos e tirar dúvidas a respeito de cada uma, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho Maria Cristina Peduzzi participa do videocast "Vozes da CLT: 80 anos de história". O sexto episódio está disponível no canal do TST no Youtube.

Concessionária de energia vai indenizar eletricitário que trabalhava 72 horas por semana

Tribunal Superior do Trabalho - 16/07/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (Eletrobras CGT Eletrosul) a pagar R\$ 50 mil de indenização a um eletricitário que trabalhava 12 horas por dia e 72 horas por semana. Para o colegiado, a situação caracteriza dano existencial, em que as condições de trabalho causam prejuízos à vida pessoal, familiar ou social.

Tabela de depósitos recursais será atualizada a partir de 1º de agosto

Tribunal Superior do Trabalho - 15/07/2024

O Tribunal Superior do Trabalho divulgou nesta segunda-feira a nova tabela com os valores atualizados dos depósitos recursais, que entrará em vigor a partir do dia 1º de agosto de 2024. A atualização segue a variação acumulada do INPC/IBGE no período de julho de 2023 a junho de 2024.

Justiça do Trabalho no RS homologa R\$ 66,3 milhões em acordos após enchentes

Tribunal Superior do Trabalho - 15/07/2024

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) homologou R\$ 66,3 milhões em acordos durante a "Ação Integrada de Conciliação dos Tribunais - Judiciário Unido".





RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

Fortaleza sedia etapa decisiva do G20 sobre Emprego

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/07/2024

Os caminhos do mundo do trabalho e emprego serão o centro das atenções entre os dias 23 e 26 de julho, em Fortaleza (CE). Essa será a quinta e última etapa do G20 Brasil, do Grupo de Trabalho sobre o Emprego, liderado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, estará à frente das atividades, que terão a participação de representantes dos trabalhadores, empresários, poder público e organismos multilaterais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), entre outras.

Lucro do FGTS é de R\$ 23,4 bilhões em 2023, o maior valor da história

Ministério do Trabalho e Emprego - 16/07/2024

O FGTS teve lucro de 23,4 bilhões em 2023, o maior resultado da sua história. Para se ter uma ideia, em 2022 o lucro foi de R\$ 12,7 bilhões, inferior ao de 2023. Os dados foram apresentados nesta terça-feira (16) pela Caixa Econômica Federal durante a 196ª reunião ordinária do Conselho Curador do FGTS, na apresentação das demonstrações financeiras do Relatório de Gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exercício de 2023.

<u>Luiz Marinho se reúne com empresas e trabalhadores para discutir um ano da Lei de Igualdade Salarial</u>





Ministério do Trabalho e Emprego - 15/07/2024

A lei de Igualdade Salarial entre homens e mulheres foi o tema de reunião do ministro do Trabalho e Emprego, Luis Marinho, a secretária-executiva do Ministério das Mulheres, Maria Helena Guarezi, e o secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República, Paulo Pereira, nesta segunda-feira (15) com representantes empresariais e de trabalhadores. O encontro com empresários ocorreu na Febraban pela manhã e com as representações de trabalhadores no Dieese, à tarde, quando foram apresentados os resultados de um ano de implementação da Lei nº 14.611 no país.

Tire suas dúvidas sobre o programa de revisão de benefícios

Ministério da Previdência Social - 19/07/2024

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em atendimento ao art. 11 da Lei n.º 10.666, de maio de 2003, mantém um programa permanente de monitoramento, revisão e apuração de indícios de irregularidade de benefícios. No entanto, algumas ações serão acrescentadas ao monitoramento, o que a imprensa tem chamado de pente-fino, que nada mais é que uma checagem de dados. As medidas englobam as ações de prevenção e correção do instituto.





Notícias do Ministério Público do Trabalho

<u>PUC Goiás é condenada em segunda instância por descumprir cota de pessoas com</u> deficiência

Ministério Público do Trabalho - 19/07/2024

A Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) foi condenada em segunda instância por descumprir cota de pessoas com deficiência. A decisão da Justiça do Trabalho foi publicada em 12 de julho e obrigou a universidade a preencher em seu quadro de empregados com pessoas com deficiência e/ou reabilitados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) até 180 dias.

Entidades se reúnem para buscar cumprimento da Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência em Alagoas

Ministério Público do Trabalho - 19/07/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Alagoas participou de reunião realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na última segunda-feira (15), que reuniu representantes de empresas do setor sucroenergético e de várias entidades assistenciais para alinhar medidas relacionadas ao cumprimento do artigo 93 da Lei 8.213/1991. Além do MPT, o encontro realizado pelo TRT contou com parceria da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/AL).

MPT abre seleção de artigos para livro sobre direito coletivo do trabalho

Ministério Público do Trabalho - 16/07/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou edital para seleção de artigos sobre





direito coletivo do trabalho que serão publicados em um Livro de Direito Coletivo do Trabalho, em homenagem aos 15 anos da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis). Os artigos podem ser enviados até o dia 31 de agosto para o e-mail mpt.conalis@mpt.mp.br.

MPT participa da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Ministério Público do Trabalho - 16/07/2024

A vice-procuradora-geral do Trabalho, Maria Aparecida Gugel representou o Ministério Público do Trabalho na 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência que está sendo realizada em Brasília, de 14.7 a 17.7. Acompanhada da coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) do MPT, Eliane Araque, Gugel participou da abertura da conferência e destacou a importância do debate.







Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

<u>Grupo de trabalho entrega relatório final sobre avaliação biopsicossocial unificada da deficiência</u>

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 18/07/2024

A Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) anunciaram, na manhã desta quarta-feira, 17 de julho, a entrega pública do Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência. O anúncio faz parte de uma série de entregas para fortalecer a inclusão, a acessibilidade e assegurar a dignidade de pessoas com deficiência no Brasil. Ocorreu no encerramento das atividades da plenária da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que ocorreu de 14 a 17 de julho, em Brasília, retomada após oito anos de hiato.







Outras Notícias

Contratos de trabalho ativos: quais verbas se sujeitam à recuperação judicial?

Consultor Jurídico - 21/07/2024

A análise da classe trabalhista nos processos de recuperação judicial revela uma pluralidade de subgrupos a ela pertencentes. Sem pretender esgotar todos eles, destacam-se aqueles cujos créditos decorrem de condenações na Justiça do Trabalho anteriores ao pedido de recuperação judicial ou, ainda, aqueles cujos contratos foram rescindidos antes do ajuizamento da RJ sem o recebimento das verbas rescisórias devidas. Também é possível identificar a existência de credores cujo contrato de trabalho, no dia do aforamento, encontrava-se ativo.

TRT-9 condena empresa a pagar período de estabilidade de mulher grávida

Consultor Jurídico - 20/07/2024

Por entender que não ficou comprovado que a trabalhadora pediu demissão, a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) condenou um supermercado a pagar o período de estabilidade a uma empregada que foi demitida enquanto estava grávida.

O comum acordo para a solução de conflito coletivo

Consultor Jurídico - 20/07/2024

O site do TST (Tribunal Superior do Trabalho), no último dia 24 de junho, noticiou que foi submetido à sistemática de recursos repetitivos decisão a respeito da recusa deliberada de uma das partes a negociar, isto é, participar do processo de negociação coletiva e que presumiria violação ao princípio da boa-fé.





Empresa não pode pagar gratificação especial na rescisão somente para alguns empredados

Consultor Jurídico - 18/07/2024

A concessão de gratificação especial sem critério objetivo, para apenas alguns empregados que tiveram seus contratos rescindidos sem justa causa, com o argumento de mera liberalidade, ofende o princípio constitucional da isonomia. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou um banco a pagar o benefício a um ex-gerente que foi demitido sem justa causa da empresa em 2012, e não recebeu a gratificação.

Juíza mantém trabalhador em escala noturna para cuidar de filha autista

Consultor Jurídico - 18/07/2024

A juíza Rosa Fatorelli Tinti Neta, da 25ª Vara do Trabalho de São Paulo, deferiu a tutela de urgência pedida por um agente de apoio socioeducativo que pleiteou a manutenção do horário noturno de expediente para cuidar da filha autista. De acordo com os autos, a empresa empregadora aplicou nova política de escalas alternadas, nos dois períodos, o que prejudica os cuidados necessários à filha do homem, que tem três anos e foi diagnosticada com transtorno do espectro autista (TEA).

O conceito do jus variandi nas relações empregado x empregador

Consultor Jurídico - 18/07/2024

O jus variandi, conhecido como direito de variação, também referido como poder diretivo, poder regulamentar, poder fiscalizatório e poder disciplinar, são termos sinônimos utilizados para denotar o poder de gestão e direção no ambiente de trabalho, ou seja, representa o poder conferido ao empregador para realizar alterações nas condições de trabalho de seus empregados, desde que não configurem modificação lesiva ou abusiva, sendo reconhecido como um reflexo da necessidade de adaptação empresarial às mudanças de mercado e organizacionais.

<u>Tempo gasto em deslocamentos e viagens é reputado como hora extra?</u>

Consultor Jurídico - 18/07/2024

Recentemente, foi abordada nesta coluna a temática envolvendo o trabalho externo





e o pagamento de horas extras, assim como a limitação da jornada para os cargos de gestão [2]. Isto porque as questões envolvendo controle de horário, para além de serem muito debatidas no Poder Judiciário, sempre despertam muitas dúvidas nos trabalhadores e nas empresas.

USP sedia evento 'Trabalho além das fronteiras de regulamentação' em 1%8

Consultor Jurídico - 17/07/2024

O Grupo de Estudos de Direito Contemporâneo do Trabalho e da Seguridade Social, da Universidade de São Paulo (Getrab-USP), promove, no dia 1º de agosto, o evento "Trabalho além das fronteiras de regulamentação". O seminário ocorrerá a partir das 14h no salão nobre da Faculdade de Direito da USP, que fica no Largo São Francisco, 95, no Centro de São Paulo.

TST reconhece dano existencial em jornada diária de 12 horas em turnos ininterruptos

Consultor Jurídico - 08/07/2024

O cumprimento de jornada de 12 horas diárias em regime de turnos ininterruptos de revezamento — o que perfaz, em média, 72 horas semanais — configura ato ilícito causador de dano existencial pelo empregador, uma vez que priva o empregado das horas necessárias para o exercício de direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. A partir desse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou, em decisão unânime, uma companhia de energia elétrica a pagar R\$ 50 mil de indenização a um eletricitário que era submetido a essa jornada.

Apreensão de CNH e passaporte só é autorizada se motivar satisfação da dívida, decide TRT-2

Consultor Jurídico - 16/07/2024

A 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) negou pedido de bloqueio e apreensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), do passaporte e dos cartões de crédito de executados em processo trabalhista. Para os magistrados, o bloqueio dos documentos só deve ser aplicado se demonstrar proveito útil e necessário para satisfação da dívida, e não servir apenas como constrangimento do devedor.





Normas coletivas podem autorizar prorrogação de jornada em atividade insalubre, decide TRT-4

Consultor Jurídico - 15/07/2024

A prorrogação da jornada de trabalho como forma de compensação por horas que seriam trabalhadas aos sábados normalmente é de apenas 48 minutos, e a legislação permite o acréscimo de duas horas diárias, além da jornada normal, para compensação de horário ou horas extras. Assim, a prorrogação em 48 minutos não pode ser considerada um direito indisponível, mesmo se a atividade for insalubre.

TRT-24 mantém justa causa de fonoaudióloga que adulterou atestado

Migalhas - 21/07/2024

A 2ª turma do TRT da 24ª região manteve justa causa de fonoaudióloga que utilizou atestado médico adulterado para obter abono de falta. No caso, a trabalhadora alegou que nos dias 3 e 4/8/22 apresentou quadro de vômito e diarreia. No dia 5 do mesmo mês, ao retornar ao trabalho, disse que estava com congestão nasal, tosse e febre, tendo sido encaminhada ao hospital e diagnosticada com Covid-19 e cistite aguda. O médico responsável recomendou isolamento e repouso por sete dias (de 5 a 12/8).

TRT-2 afasta justa causa por atrasos de gestante em tratamento psiquiátrico

Migalhas - 18/07/2024

A 9ª turma do TRT da 2ª região reformou justa causa aplicada a uma trabalhadora grávida. A alegação da empresa era de desídia em virtude de atrasos e ausências nos primeiros meses de gestação. A decisão judicial manteve sentença de primeira instância, a qual adotou a perspectiva de gênero em sua análise, em consonância com o protocolo do CNJ.

Advogada explica aumento de acidentes e doenças de trabalho no DF

Migalhas - 18/07/2024

O Distrito Federal registrou aumento de 44% nas notificações de acidentes e doenças do trabalho nos primeiros meses de 2024. A alta expressiva nos registros é





acompanhada pelos Cerest - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, que promovem ações para melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida do trabalhador.

ANPD aprova regras para a função de encarregado de dados pessoais

Migalhas - 18/07/2024

A ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados divulgou nesta quarta-feira, 17, o regulamento sobre a atuação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais. A <u>norma</u> foi publicada no DOU e anunciada pelo diretor-presidente, Waldemar Gonçalves, durante a conferência Computer Privacy and Data Protection para a América Latina (CPDP LatAm), realizada no Rio de Janeiro.

Projeto na Câmara propõe suspensão de lei de igualdade salarial

Migalhas - 18/07/2024

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Decreto Legislativo 169/24, de autoria da deputada Adriana Ventura, que propõe a suspensão do Decreto 11.795/23 e da Portaria 3.714/23 do Ministério do Trabalho e Emprego. As normas regulamentam a lei 14.611/23, que trata da igualdade salarial entre homens e mulheres.

TRT-3: Padaria indenizará em R\$ 5 mil funcionário chamado de "tetinha"

Migalhas - 17/07/2024

Empregado chamado de "tetinha" por colegas e superiores será indenizado em R\$ 5 mil. A 11ª turma do TRT da 3ª região reformou sentença que havia negado danos morais ao funcionário. No caso, o chefe de manutenção de uma panificadora em Contagem/MG alegou ter sofrido constrangimento devido ao apelido depreciativo. Ele relatou que foi vítima de grande abalo emocional, pois se referia a uma característica física que considerava um defeito.

Funcionária chamada de "marmita do chefe" por colegas será indenizada

Migalhas - 16/07/2024





A 11ª câmara do TRT da 15ª região determinou que uma empresa pague indenização por danos extrapatrimoniais devido a assédio sexual e moral contra uma funcionária. O valor fixado foi de R\$ 43.519,40, incluindo também os danos morais associados a uma doença ocupacional. O acórdão também condenou a empresa a implementar medidas preventivas para combater a violência de gênero no ambiente de trabalho.

TRT-2 nega suspensão de CNH por não satisfazer dívida trabalhista

Migalhas - 15/07/2024

A 7ª turma do TRT da 2ª região negou pedido de suspensão de CNH, passaporte e cartões de crédito de indivíduos executados em um processo trabalhista. O entendimento dos magistrados é de que a restrição a esses documentos somente se justifica quando demonstrado benefício prático e essencial para a quitação do débito, não devendo ser utilizada como instrumento de constrangimento ao devedor.

OIT divulgará novo relatório sobre impacto global do estresse térmico nos trabalhadores

Organização Internacional do Trabalho - 19/07/2024

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicará um relatório abrangente sobre o impacto do estresse térmico para os trabalhadores e as trabalhadoras em diferentes regiões e setores, incluindo em países com nenhuma ou limitada experiência com calor extremo. O relatório fornece estimativas atualizadas sobre o número de trabalhadores expostos ao calor excessivo em todo o mundo, dados regionais detalhados sobre os impactos do estresse térmico, análises dos custos econômicos associados e recomendações para o desenvolvimento de planos de ação eficazes em matéria de calor nos locais de trabalho.

Qualificação da mão de obra: o desafio da cultura de valorização no setor da construção

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 19/07/2024

A qualificação da mão de obra e a criação de uma cultura que a valorize são desafios fundamentais para a indústria da construção. Segundo o vice-presidente de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Ricardo Michelon, a evolução ampla do setor é essencial para enfrentar esses desafios.





Artigo: Programa de Compliance Trabalhista: Benefícios e Implementação

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 18/07/2024

Nos últimos anos, as empresas brasileiras têm enfrentado um cenário de mudanças significativas na legislação trabalhista. Nesse contexto, o programa de compliance trabalhista surge como uma ferramenta essencial para garantir a conformidade com as leis e evitar riscos jurídicos. Este artigo discute os benefícios de um programa de compliance trabalhista e fornece orientações sobre sua implementação eficaz, destacando sua importância para a gestão empresarial.

<u>SindusCon-SP realizou palestra inédita gratuita sobre a NR-35</u>

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 18/07/2024

O SindusCon-SP realizou palestra gratuita sobre a NR-35 em 2 de julho, com o instrutor Manoel Teixeira Lima Neto, técnico de Segurança do Programa SindusCon-SP de Segurança (PSS). Além de abordar a NR 35 sobre trabalho em altura: aspectos legais e regulamentares da gestão da saúde e segurança nos trabalhos em altura, Neto também apresentou o PSS, que dedica-se incansavelmente para prevenção de acidentes de trabalho orientando diariamente nos canteiros de obras por meio de visitas técnicas seguras, palestras e treinamentos.

<u>Conheça a Organização Internacional do Trabalho – OIT no Brasil</u>

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/07/2024

A atuação da OIT no Brasil se caracteriza pelo apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente e tem se articulado em torno das três prioridades: a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil; e o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

CBIC divulga Radar Convenções Coletivas de junho

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/07/2024

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), apresenta mais uma edição do Radar Con-





venções Coletivas, um informativo mensal produzido pela CPRT. O documento apresenta um panorama detalhado das negociações concluídas até a data-base de junho de 2024, incluindo convenções coletivas e aditivos celebrados até 30 de junho deste ano.	





RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

<u>PORTARIA MTE Nº 1.146, DE 12 DE JULHO DE 2024</u> (DOU de 15/07/2023 Seção I Pág. 231) - Altera o art. 4º da Portaria MTP 427, de 07 de outubro de 2021, que estabelece o cronograma de implementação do subitem 14.1 do Anexo IV (Exposição Ocupacional ao Benzeno em Postos de Serviços Revendedores de Combustíveis Automotivos) da Norma Regulamentadora nº 20 – Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis;

PORTARIA CONJUNTA DIRBEN/CRPS/DPMF/SRGPS/INSS-MPS N° 101, DE 1° DE JULHO DE 2024 (DOU de 16/07/2024 Seção I Pág. 53) - Disciplina os procedimentos a serem adotados pelo Departamento da Perícia Médica Federal, pelo Conselho de Recursos da Previdência Social e pelo Instituto Nacional do Seguro Social nos processos de recursos administrativo, cujo objeto envolva análise médico-pericial;

<u>PORTARIA MPS N° 2.230, DE 15 DE JULHO DE 2024</u> (DOU de 16/07/2024 Seção I Pág. 53) - Estabelece, para o mês de julho de 2024, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

<u>RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 18, DE 16 DE JULHO DE 2024</u> (DOU de 17/07/2024 Seção I Pág. 42) - Aprova o Regulamento sobre a atuação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

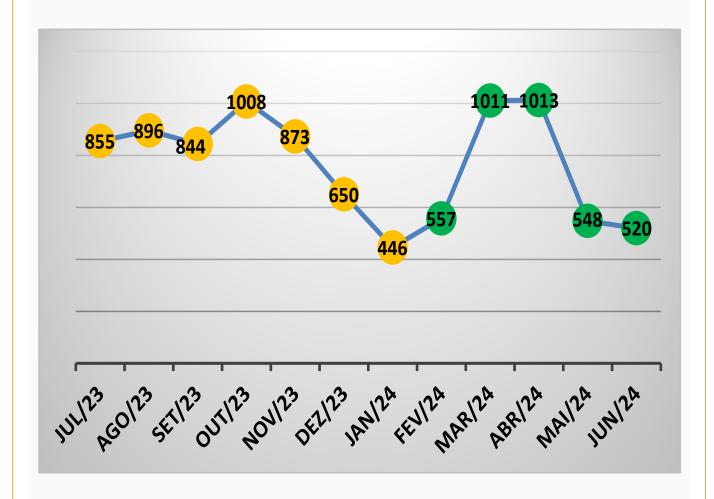






Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 18 (NR 18) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos doze meses:



Fonte: Radar SIT - Autuações



EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelon Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula